



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX • N.º 198 • SÃO PAULO • 25 A 31 DE DEZ. DE 1974 • PREÇO CR\$ 3,00

portugal x brasil: uma nova linguagem

mdp/cde:

outro partido

emigração:

a crise maior

paris: apoio às
forças armadas

m f a:

dinamização

cultural



primeiro ministro: revolução cultural

angola: perigos da riqueza

descolonização: portugal na onu

recenseamento: consulados no brasil

educação: ministro fala de trabalho e sacrifício

espanhóis: solidariedade de

ruy luiz gomes, sartre, aragon ...

Diario de Noticias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA



Acordo luso-norueguês no âmbito da E. F. T. A.

O auxílio económico norueguês a Portugal poderá vir a ser prestado, através de acordo bilateral no âmbito da E. F. T. A., em determinados domínios, predominantemente no das pescas, produção de petróleo, assistência técnica concernente à política económica e em possíveis reduções de direitos de importação para certos produtos agrícolas.

Esta notícia foi divulgada pelos Serviços Informativos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, a qual acrescenta que as conclusões do Governo de Oslo resultaram da visita do ministro norueguês das Finanças, Per Kleppe, a Lisboa, em Julho, a convite do Governo Português.

Diz, ainda, a mesma notícia que a comissão económica conjunta luso-norueguesa, que foi especialmente criada, efectuou a sua primeira reunião em Oslo, sendo as delegações dos dois países chefiadas pelo ministro das Finanças, Kleppe, da Noruega, e pelo ministro português da Economia, Rui Vilar.

Boas perspectivas para a indústria portuguesa

Comentando a análise que efectuou à indústria portuguesa, a qual ocupa seis páginas do jornal, o "Financial Times" diz o seguinte:

"O derrube do regime autoritário que durava há meio século e as medidas tomadas desde o 25 de Abril no sentido da democratização, poderão ser favoráveis para o futuro da indústria portuguesa, a longo prazo". O jornal salienta, no entanto, que aqueles problemas que se fazem sentir na indústria e que são comuns à maior parte dos países ocidentais sofreram um agravamento a curto prazo.

Referindo-se, noutro ponto, à posição dos grandes industriais portugueses perante a nova situação política, o "Financial Times" comenta:

"Independentemente daquilo que os grandes industriais portugueses possam dizer e dos argumentos que as empresas realmente grandes, que são poucas, possam invocar, esse setor é associado, pela opinião pública, aos privilégios, ao autoritarismo e à exploração anteriores".

Empréstimo a Portugal aprovado pelo Senado dos E. U. A.

A criação de um fundo de empréstimo no valor de 1.250.000 contos (50 milhões de dólares) a Portugal e às suas colónias em vias de independência foi aprovada pelo Senado norte-americano. Trata-se de uma proposta do senador democrata Edward Kennedy que, dias antes, num discurso que proferiu na Universidade de Connecticut, anunciou a sua intenção de patrocinar esse auxílio, junto do Congresso.

No discurso Kennedy havia afirmado:

"Essa seria mais uma forma positiva de manifestar o apoio americano nos ideais e às iniciativas que atualmente tomam forma em Lisboa e nas novas nações africanas".

E ainda:

"Hoje, quando se abrem perspectivas esperanças para a democracia portuguesa e para o fim do colonialismo em África, os Estados Unidos têm o dever moral de ajudar".

Salientando que os Estados Unidos sempre prestaram auxílio ao anterior regime ditatorial, o senador sugeriu que o empréstimo poderia ser canalizado para o setor do ensino.

portuguesas atravessam uma grave crise, por falta de instalações suficientes para todos os alunos.

"Após quase meio século de regime repressivo, os estudantes portugueses precisam dos meios materiais necessários à sua educação. Não deixemos que se diga que a experiência portuguesa foi prejudicada porque os Estados Unidos não apoiaram os esforços que os democratas portugueses estão a fazer para seguirem os mesmos ideais que nós temos defendido, há mais de dois séculos".

Os pensionistas do Estado vão receber o 13.º mês

Pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência terão este ano direito ao abono de uma pensão de Natal, equivalente ao 13.º mês — foi decidido em reunião do Conselho de Ministros.

É de notar que este fato acontece pela primeira vez em Portugal, sendo mais uma das medidas sociais promulgadas a partir do 25 de Abril.

Os mesmos benefícios serão concedidos aos funcionários públicos em atividade.

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

O Estado vai assumir o "contrôle" das Minas de Aljustrel

O Estado vai assumir o "contrôle" das minas de Aljustrel, segundo comunicação da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, assinada conjuntamente pelo eng.º Torres Campos e pelo dr. Alves Conde, secretário de Estado do Tesouro.

De acordo com o comunicado, foi criado um grupo de trabalho com o fim de negociar a passagem de Piritos Alentejanos, S.A.R.L., para o domínio do Estado, através da obtenção da maioria do capital social.

O documento que nos foi remetido prossegue:

"A empresa tem atualmente uma participação minoritária do Estado com 45% do capital, em igualdade de condições com a Companhia União Fabril, tendo sido determinado que o Estado passaria a deter pelo menos 51% e ainda que seriam integrados na concessão das Minas de Aljustrel os jazigos de Gavião e Estação.

O Estado assegura assim, dando cumprimento a mais um dos passos previstos no programa de atuação da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, o "contrôle" da mais importante mina de pirite do País, fonte de matérias-primas de grande valor para o abastecimento da indústria de adubos, da siderurgia e de outras metalurgias: o cobre, o zinco, o enxofre, o ferro e o chumbo".

E depois:

"Está prevista a realização de uma importante expansão de capacidade de extração da mina, acompanhada pela instalação de novas unidades metalúrgicas, cujo processo deverá ainda ser desenvolvido e que permitirão a valorização integral da pirite no interior das fronteiras do País".

Entretanto, o grupo de trabalho, que será constituído pelos eng.º Francisco Limpo de Faria, administrador por parte do Estado em Piritos Alentejanos que presidirá, eng.º Luis Filipe Moura e Silva, dr. Nuno Cabral Basto e dr. José Antonio da Ponte Zeferino, deverá ter as negociações concluídas dentro de um mês.

O grupo de trabalho deverá ainda promover, entre a Sociedade Mineira de Santiago, S.A.R.L., e Piritos Alentejanos, S.A.R.L., as negociações conducentes à integração dos jazigos de Gavião e Estação no complexo mineiro da última daquelas sociedades.

Contato direto entre alunos e professores

O novo ministro da Educação e Cultura, tenente-coronel dr. Manuel Rodrigues de Carvalho, tem o propósito de conseguir uma atuação "pouco presa à burocracia ministerial e mais de contato direto com alunos e professores", pois vai "procurar que um despacho seu represente a idéia dos setores aos quais interesse".

Ouvido pelo "Diário de Notícias" pouco depois de anunciada a sua nomeação para aquele cargo — bem como o fato de a profa. Maria de Lurdes Belchior ter pedido a demissão do cargo de Secretária de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica — o tenente-coronel Rodrigues de Carvalho afirmou-nos:

"Sei que vou encontrar dificuldades, mas tenho uma boa dose de espírito de luta e conto com ele. Devo dizer, no entanto", acrescentou, "que pelo fato de ser nomeado ministro da Educação e Cultura, a responsabilidade do que se passa no en-

sino, na educação e na cultura, no nosso país, não cai única e exclusivamente sobre as minhas costas. Estas, embora largas, não suportariam sozinhas todo o peso dos graves problemas que existem no setor.

No processo estão implicados os alunos, os professores, os pais, os encarregados de educação e até aquelas pessoas que aparentemente nada têm a ver com o ensino mas que, ao fim e ao cabo, constituem todo o nosso povo, toda uma sociedade com responsabilidade.

Quanto aos escolhos que vou encontrar, sou eu quem val à frente, tentando passar, tal como todos nós.

Não posso garantir o sucesso daquilo que me proponho realizar. Uma coisa posso, no entanto, assegurar — trabalho e vontade de acertar.

O que vou fazer, veremos. Oxalá tenha a felicidade de contribuir para a solução dos problemas..."

Problemas entre os quais — interrompemos — se encontra em grande plano, o do Serviço Cívico...

"Esse é o problema que me tem sido posto, sempre, em primeiro lugar — respondeu o dr. Rodrigues de Carvalho — e sobre o qual pouco posso dizer neste momento. Trata-se de um assunto nascido muito recentemente entre nós, que parece ter tido um forte impacto na população dado o grande número de pessoas que afeta. Creio ser esse um assunto urgente, que terei de enfrentar imediatamente".

Insistimos, apesar de tudo, mencionando o elevado número de candidatos à matrícula no primeiro ano do ensino superior, absolutamente incomportável nas atuais dimensões das nossas escolas.

"Eis outro problema que está posto — respondeu o ministro. Já pensei em enfrentá-lo, mas a maneira de o resolver não depende só de mim. A solução irá agradar a todos? Não vai com certeza, porque "cada cabeça sua sentença"; a nós, porém, o que interessa é atuar da maneira mais sensata possível, de forma a satisfazer a maior parte da população. Vamos, porém, trabalhar com espírito de missão, procurando contribuir de alguma forma para o progresso do ensino".

Portugal X Brasil: uma nova linguagem

Com a assinatura do comunicado final, pelos ministros Mário Soares e Azeredo da Silveira, terminaram, as conversações havidas entre as delegações de Portugal e Brasil, nas quais, além de serem trocadas impressões sobre os principais problemas da situação política internacional, foi examinado o estado atual das relações luso-brasileiras, tendo sido acordadas medidas para o seu estreitamento nos setores de cooperação económica, técnica e cultural.

A cerimónia da assinatura do comunicado final do encontro, em Lisboa, dos ministros português e brasileiro, efectuou-se, no Palácio das Necessidades, depois de um última reunião entre as delegações dos dois países.

Antecedendo a assinatura do comunicado final, o ministro Mário Soares proferiu algumas palavras, em que, depois de sublinhar a significado da visita do seu colega brasileiro, salientou o cunho especial das relações entre as duas nações irmãs, pela sua base histórica e geográfica e, sobretudo, pelo sentimento que dando um exemplo ao mundo, transcendendo tudo quanto seja conjuntural, havendo entre os dois povos fatores de permanente união.

O ministro português, citando, depois, a expressão do dr. Azeredo da Silveira, afirmou que existe entre os povos brasileiro e português um "ritual de amizade". Ritual, acrescentou, que tornou extremamente fecundos os contactos não só a escala bilateral, mas também, numa visão multilateral, o que, sublinhou mais adiante o ministro Mário Soares, atinge agora aspecto particularmente relevante, quando estão a surgir novas pátrias de expressão portuguesa.

Por seu turno, o dr. Azeredo da Silveira, respondendo ao ministro português dos Negócios Estrangeiros, afirmou que o entendimento entre brasileiros e portugueses faz parte da própria individualidade dos dois povos, baseada no respeito mútuo, afeto e unidade, nascidos da criação do Brasil, como país.

A sua vinda a Lisboa podia, assim, classificar-se como "mais um encontro histórico entre nações que conhecem o seu destino e podem olhar-se com tranquilidade. Mesmo entre irmãos — sublinhou Azeredo da Silveira — há personalidades diversas, mas elas em nada comprometem a sua unidade, antes a fortalecem".

**MURILLO MELLO
CÉLIA DE MELO E MOURA
ADVOGADOS**
Causas cíveis, criminais e trabalhistas
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100
Fone: 33-1846 — São Paulo

SEculo XXI
LIVROS
Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo

**Agora aos Domingos
Das 11.00 às 12.00 horas "Portugal sem passaporte"
TV Tupi - Canal 6
Rio de Janeiro**

— Proposta do MDP/CDE Ação comum das forças democráticas

O MDP/CDE aprovou, durante uma reunião de delegados distritais, que decorreu no Porto, nos últimos dias de novembro, os estatutos e o programa do novo partido, procedendo, ainda, à eleição da sua comissão central com 41 membros.

Numa declaração final, o partido manifesta a sua disposição de "esquecer divergências e agravos" e declara-se aberto e sinceramente interessado em estabelecer contatos com todas as outras forças democráticas, para estabelecimento de imperiosas e urgentes ações comuns contra a reação, na crucial batalha anti-monopolista, nos trabalhos unitários por um recenseamento amplo e democrático em direção a eleições efetivamente livres em todos os trabalhos que sejam decisivos para defender a liberdade, desarticular as ameaças e conspirações reacionárias e fazer progredir o processo democrático com o povo e pelo povo.

Concretizou-se, deste modo, uma sequência de vontades expressa durante o plenário nacional de delegados, reunidos recentemente em Lisboa, a transformação em partido político do movimento unitário antifascista, surgido antes das "eleições" de 1969.

Um problema central: os grupos económicos

Aprovados os estatutos por aclamação, registraram-se intervenções de Lino de Carvalho, Vitor Costa, e José Tengarrinha que abordou, entre outros pontos, as tarefas centrais do M.D.P., salientando o fato de as bases programáticas terem resultado da conciliação de correntes de opinião diversas, o caráter profundamente democrático do funcionamento do M.D.P., e a circunstância de o Movimento Democrático estar na continuidade dos movimentos democráticos anti-fascistas. Terminou por referir a necessidade da ampla unidade social e política na luta pela Consolidação da democracia em Portugal e teceu considerações sobre o Estado amplamente democrático, objetivo do Partido do Movimento Democrático Português.

Afirmou, a certa altura, José Manuel Tengarrinha:

ouça diariamente

**A EMISSORA
NACIONAL
DE LISBOA**

nas ondas
13, 19, 25 e 31 metros
a partir das 12 até 21 h.
(horário do Brasil)
noticiário às 16, 19 e 20 h.



VERBO

ULISSEIA



Enciclopédias - Dicionários - História - Ensaio - Ficção - Divulgação Científica
Poesia - Livros de Arte - Arqueologia - Literatura Infantil - Literatura Juvenil
EDITORA VERBO, LIMITADA - Rua Bueno de Andrade, 480-484
Tel.: 278-0444 São Paulo

"Temos que ter consciência das dificuldades e das incertezas da nossa situação atual. Vivemos neste momento um período importante, talvez o mais importante desde 25 de Abril. É o do confronto com o poder económico. A grande batalha está a ser e vai ser travada. Não pode haver estabilidade nem democracia enquanto o poder económico estiver nas mãos dos monopolistas, que foram os naturais aliados do fascismo. A nossa unidade é neste momento decisiva: porque as dificuldades económicas não podem ser vencidas enquanto não vencermos os monopólios e não se tomarem medidas profundas de democratização. Os grandes grupos económicos não estavam habituados a viver numa ordem democrática, mas só em termos de fascismo, de que foram sustentáculo. Por isso eles são fatores de perturbação em vários campos da vida social e económica. Estão eles próprios na origem da subversão política, como se viu em 28 de Setembro, trabalhando em conluio com interesses que não são os do povo português, nem mesmo interesses nacionais. A instabilidade atual, embora penda a nosso favor, exacerba as consciências e só pode ser vencida quando se resolver o problema central que é o dos grupos económicos".

Diário de Notícias

O M. D. P. está aberto aos contatos com outras forças democráticas — salienta a declaração final

O texto da declaração final do Encontro dos Delegados do M.D.P. é o seguinte:

"Ao aprovar o seu programa e estatutos, o Movimento Democrático Português saúda todos os seus membros, companheiros e amigos que, com a sua experiência de trabalho e de luta, fizeram destes documentos instrumentos de ligação da ação do Partido com a ação das massas populares, de união das suas tarefas com as tarefas de democratização do País e da reconstrução nacional, lado a lado com o M.F.A., grande e patriótico obreiro da renovação democrática do País. No momento em que entra decididamente numa nova fase da sua vida, com responsabilidade renovada mas ainda mais firme confiança na importância do seu contributo para o avanço das conquistas populares e democráticas o M.D.P./C.D.E. reafirma a sua disposição de continuar a colocar inteiramente a sua combatividade e empenhamento ao serviço da união e mobilização populares, que são um imperativo da situação que o País vive e dos problemas que enfrenta.

O Movimento Democrático Português, nesta hora grande da sua confirmação como partido democrático de expressão nacional, proclama solenemente que os caminhos da divisão não servem os interesses da democracia e do povo, manifesta a sua disposição de esquecer divergências e agravos e intensificar todos os seus esforços para valorizar a necessidade da ação democrática e popular unitária para hoje e para amanhã, para vencer as batalhas do presente e assegurar o futuro livre, democrático e independente de Portugal.

O M.D.P./C.D.E. declara-se as-

sim aberto e sinceramente interessado em estabelecer contatos com todas as outras forças verdadeiramente democráticas, para o estabelecimento de imperiosas e urgentes ações comuns contra a reação, na crucial batalha anti-monopolista, nos trabalhos unitários por um recenseamento amplo e democrático em direção a eleições efetivamente livres, em todos os planos que na situação atual sejam decisivos para defender a liberdade, desarticular as ameaças e conspirações reacionárias e fazer progredir o processo democrático com o povo e pelo povo.

No cumprimento dos compromissos assumidos perante o povo português durante a resistência ao fascismo, na concretização do pacto de esperança renovada em 25 de Abril, o M.D.P./C.D.E. afirma-se disposto a aceitar todas as responsabilidades patrióticas que lhe cabem, seja a nível de massas, seja a nível de Governo, e prosseguir na conjugação da ação popular com a ação governativa, que é hoje a via essencial para a defesa da situação democrática, para a construção das bases da irreversível libertação do nosso povo, para a esmagadora e definitiva derrota dos inimigos do povo e da democracia.

No indispensável prosseguimento do intransigente combate à reação na campanha nacional pela adoção de medidas firmes e corajosas que progressivamente anulem o poder dos monopólios, subordinando a economia aos interesses democráticos e nacionais, no aprofundamento conjunto da presença decisiva dos militares do 25 de Abril e do 28 de Setembro na vida política nacional, na grande mobilização popular para edificar o progresso do País em todas as frentes da batalha democrática, o M.D.P./C.D.E. ocupará o seu posto sem hesitação.

Por um Estado amplamente democrático!

Por um País amplamente popular!

Unidade, Povo, Democracia!
"Avançemos!"

Comissão Central do M.D.P.

É a seguinte a constituição da Comissão Central do M.D.P./C.D.E.: Alvaro Monteiro, agente técnico; Alvaro Seixas Neves, advogado; António Galhordas, médico; Artur Neves de Almeida, empregado bancário; Augusto Quintela, engenheiro de máquinas e vice-presidente da Câmara do Porto; Belchior Alves Pereira, técnico de contas; Caldeira Rodrigues, engenheiro civil e presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Carlos Mora, oficial da marinha mercante e presidente da Câmara de Peniche; Carlos Trincão Marques, advogado e presidente da Câmara de Torres Novas; Custódio Maldonado de Freitas, médico; Ezequiel Vicente, economista; Felicidade Alves, licenciada em Letras; Gilberto Ramos, economista; Graciete Alves Baptista, economista; Henrique Neto, técnico industrial; Herberto Goulart, economista; João Vargas, gerente comercial; Joel Serão, professor universitário; Jorge Reis, escritor; José Henriques Vareda, advogado; José Manuel Tengarrinha, professor universitário; José Sampaio, advogado e governador civil de Braga; Lino de Carvalho, publicista; Luís Albuquerque, professor universitário e governador civil de Coimbra; Luis Catelero, advogado; Macedo Varela, advogado; Marcos Antunes, técnico de contas; Mário Bruxelas, arquiteto e governador civil de Lisboa; Manuel Augusto Garcia, advogado; Melo de Carvalho, professor de educação física e diretor-geral dos Desportos; Neto Brandão, advogado e Governador Civil de Aveiro; Pedro Ramos de Almeida, publicista; Pereira de Moura, professor universitário; Raul de Castro, advogado; Ribeiro da Silva, advogado; Santos Simões, professor do ensino secundário; Vasco Silva, professor do ensino secundário e governador civil de Castelo Branco; Vitor Borralho, engenheiro de minas; Vitor Costa, professor universitário; e Vitor Dias, publicista.

Solidariedade aos presos políticos espanhóis

Jornada de civismo e de solidariedade humana foi realizada no Pavilhão de Desportos inspirada nos ideais democráticos e como forma de chamar a atenção da opinião pública internacional para a situação dos presos políticos espanhóis.

Promovida pela Sociedade Portuguesa de Autores, com a colaboração da Associação Portuguesa de Escritores, Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, Associação Portuguesa de Críticos, Comissão Portuguesa para a Paz e Cooperação e Liga dos Direitos do Homem, dando-lhe ainda a sua adesão os três partidos da coligação governamental, a Inter-sindical, o M.D.P., o M.S.P., o Movimento dos Jovens Trabalhadores, a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, o Sindicato dos Jornalistas, o Movimento Pró-Associativo dos Artistas Plásticos, o Movimento Democrático dos Artistas Plásticos, a Sociedade Nacional de Belas-Artes e a Seção Portuguesa da Associação Internacional dos Críticos de Arte.

Na sessão, que foi presidida pelo prof. Ruy Luís Gomes, e em que usaram da palavra representantes dos organismos promotores e dos partidos políticos, estiveram presentes, além de delegados dos partidos espanhóis de esquerda, o dramaturgo alemão Peter Weiss, o escritor Par Waestberg, presidente do Pen Clube Sueco; Daniel Mujer, presidente da Liga Francesa dos Direitos do Homem (que também representará o Partido Socialista Francês); M. Astre, secretário-geral da Federação da Educação Nacional; Marcel Niedergand responsável pela seção internacional do jornal "Le Monde" e outras individualidades ligadas à luta antifascista.

A advogada francesa Gisèle Halimi, presidente do movimento "Choisir", foi portadora de mensagens da Aragon, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Pierre Emmanuel (académico francês e presidente do Pen Clube Internacional); Gabriel Garcia Marquez, Claude Maurice, Edmonde-Charles Roux e Pascal Layné, prêmio Goncourt deste ano.

Ao encerrar a jornada, foi lida pelo ator Rui de Carvalho a carta que Alfonso Sastre dirigiu ao comissário-chefe da Brigada Social da D. G. S. espanhola pouco antes de ser preso, e atuaram o Coro da Academia dos Amadores de Música, dirigido pelo maestro Fernando Lopes-Graça, a companhia do Teatro Adoque, o guitarrista Carlos Paredes, a equipe do Canto Livre e o conjunto da R. D. A. "Geração 49", que anulou o espetáculo anunciado para a Reitoria da Universidade de Lisboa, a fim de poder participar nesta jornada de solidariedade, destinada a chamar a atenção da opinião pública internacional para e desumana e iníqua situação dos intelectuais, artistas, sacerdotes, sindicalistas e nacionalistas detidos nas prisões espanholas.



Rodoviário
"CARAVELLE"
Lda.

"O jato na Rodovia"
Transportes rápidos entre:
Rio - São Paulo -

Niterói - Magé - Rio Bonito.
RIO SAO PAULO NITEROI
260-5075 92-1884 5294

Dr. Edison Rodrigues-Chaves
Advocacia civil e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos
Desquites e anulação de casamento
Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.

Rua Líbero Badaró, 488, 5.º and., s/3
Fone: 37-0933 — São Paulo



VILA FRANCA DE XIRÁ — A memória de Alves Redol ficou perpetuada em Vila Franca de Xira com o descerramento de uma placa toponímica que dá o nome do escritor a uma das principais ruas da típica vila. A cerimónia decorreu no passado dia 30 de novembro p.p., data do 5.º aniversário da morte de Alves Redol, que foi evocado, com muita saudade, como escritor e cidadão.

Durante o ato, ao qual esteve presente o pai do grande escritor, falaram Alexandre Cabral, Rosalinda Pinho, em nome da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, o Dr. Arquimedes Santos, grande amigo e companheiro do valoroso combatente anti-fascista, Antonio Dias Lourenço, e o nosso correspondente Urbano Tavares Rodrigues, sendo encerrada a cerimónia pelo escritor José Cardoso Pires. Foi depois passado um filme do funeral, realizado por um amador vijafranquense e que na altura em que foi produzido havia sido apreendido pela P.I.D.E./D.G.S.

SANTARÉM — Na Casa do Campino, nesta cidade, efetuou-se uma reunião promovida pela Associação Livre de Agricultura, para discussão de problemas referentes à viticultura. Estiveram presentes numerosos produtores de vinho desta região, e depois de terem sido apresentadas várias sugestões, foram aprovados os seguintes pontos para serem apresentados ao secretário de Estado da Agricultura: intervenção da Junta Nacional do Vinho na campanha, mas com preços de garantia justos; inventariação dos vinhos existentes, destinando-se à destilação ou outros fins os de baixa qualidade; promoção da propaganda do consumo do vinho nos órgãos de comunicação social, como acontece com outras bebidas; consumo feito diretamente pelo Estado à produção, no que se refere aos vinhos destinados às Forças Armadas, hospitais e outros estabelecimentos dependentes do Estado; revisão dos "stocks" dos armazenistas; contribuição da lavoura para a solução do problema, com uma taxa a aplicar ou com o contributo dos excedentes de vinho, que seriam exportados em contrapartida com a importação de produtos necessários; fiscalização rigorosa das margens de lucro nos restaurantes e noutros estabelecimentos; que a Junta Nacional do Vinho passe para a esfera direta da lavoura; e ainda o fomento da exportação sob "contrôle" da Junta Nacional do Vinho ou de outro organismo da lavoura.

DOURO — Os trabalhadores da Federação dos Grêmios da Lavoura de Entre Douro e Minho através de uma longa exposição feita ao Governo e à comissão liquidatária daquele organismo, manifestaram a sua opinião acerca de vários problemas que, embora muitos deles sejam do âmbito da política geral em curso, outros há que os preocupam como trabalhadores: o desconhecimento da sua situação, no que se refere a um estatuto profissional, e a incerteza quanto a garantias de emprego e no que se refere a vencimentos que lhes permitam fazer face ao aumento do custo de vida.

COIMBRA — O Movimento Democrático de Coimbra, solidarizando-se com o problema das educadoras da infância, enviou para o Ministério dos Assuntos Sociais um documento em que refere a necessidade da existência de uma rede de creches e jardins de infância que vão ao encontro das exigências das classes trabalhadoras e pede a criação urgente de escolas oficiais de educadoras de infância, insistindo na vantagem de que essas escolas se situem também nas cidades da zona centro, como por exemplo em Coimbra, Guarda, Covilhã, Viseu e Castelo Branco.

ALIJÓ — Para as obras de abastecimento de água à Póvoa, Cotas e Vilarinho de Cotas, e da construção da estrada para Pegarinhos, foram concedidas pelo Estado participações no valor de 400 000\$00, e 67 800\$00 de reforço.

A primeira obra é uma justa e velha aspiração daquelas povoações que, assim e dentro em breve, verão concretizar-se uma das suas mais prementes necessidades.

BEJA — Integrada na Semana de Cultura Árabe e promovida pela delegação em Beja da Associação dos Amigos dos Países Árabes, inaugurou-se, na capital do Baixo Alentejo, uma exposição sobre a cultura e a civilização árabes e sua influência e presença no Sul de Portugal, seguindo-se um colóquio, que se realizou no salão nobre da Câmara Municipal, em que participaram, além do dr. Lopes Guerreiro, delegado em Beja, da A.A.P.A., os drs. Suleiman Vally Mamede e Cartaxo e Trindade. A cerimónia de abertura da exposição, que se encontra patente ao público na sede do Sindicato dos Empregados Bancários, assistiram autoridades locais, membros dos partidos políticos, elementos da direção daquela associação e Mofthah Seadawi, da União Socialista Árabe, da Líbia.

Ilustrando o tema da sua intervenção, Vally Mamede, presidente da direção da A.A.P.A., que dissertou sobre a "Conquista da Dignidade Perdida", acentuaria que "os autores que pretendem demonstrar as tradições socialistas do Islão aprovam o anticapitalismo islâmico (indiscutivelmente o Islão é avesso à ordem capitalista, mas também é difícil conceber posições religiosas ajustadas aos sistemas capitalistas, em que se dá, frequentemente, o fenómeno da "exploração do homem pelo homem"), porém deste não se poderá concluir no sentido da recepção plena das teses socialistas, pois entre o capitalista e o socialismo há ainda um mundo a construir".

Cartaxo e Trindade, ao reportar-se à presença durante cerca de cinco séculos de povos árabes do Norte de África, no Alentejo e no Algarve, aludiria às experiências anti-imperialistas e às posições progressistas do Iraque, da Líbia e da Argélia, comparando a sua luta contra o inimigo comum, o imperialismo, idêntica à do povo alentejano, "vítima da exploração desenfreada dos latifundiários". No decorrer da sua exposição lembraria que "mesmo depois de longos séculos de separação efetiva, alentejanos e algarvios, principalmente, vivem hoje ainda ligados à história do contato com os Árabes", dizendo a seguir que "depois da conquista e expansionismo dos reis católicos os Árabes são perseguidos, impiedosamente, e obrigados a deixar o território do Sul de Portugal, onde muitos nasceram e legaram a sua cultura e civilização".

ÉVORA E PORTALEGRE — Uma portaria do Ministério das Finanças autoriza a Federação de Municípios dos distritos de Évora e Portalegre a contrair na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo no montante de 12 000 contos, destinado a ampliar a rede de distribuição de energia elétrica aos concelhos ultimamente fenderados, cujas redes existentes não permitam fornecer energia em condições aceitáveis.

Intervenção do Estado em Empresas Privadas

"As empresas privadas, individuais ou coletivas, que não funcionem em termos de contribuir para o desenvolvimento económico do País e para a satisfação dos interesses superiores da coletividade nacional poderão ser assistidas pelo Estado na obtenção dos meios financeiros indispensáveis ao seu regular funcionamento e, caso necessário, sujeitas a intervenção direta daquele na sua gestão" — estabelece o Decreto-Lei n.º 660/74, emanado da Presidência do Conselho de Ministros.

São índices dessa situação — salienta o decreto — o encerramento ou ameaça de despedimento total ou de seções significativas da empresa, ou despedimentos efetivos ou iminentes de parte importante do pessoal, sem justa causa; abandono de instalações ou estabelecimentos; descapitalização ou desinvestimento significativos e injustificados; incumprimento ou mora no cumprimento, de forma reiterada, das obrigações da empresa; desvio de fundos da atividade corrente da empresa; redução dos volumes de produção não justificada em termos de mercado; empolamento injustificado das despesas gerais e de administração; outras situações emergentes de conduta dolosa ou gravemente negligente na condução da atividade empresarial.

Inquérito urgente

Quando o Governo Provisório tiver fundado conhecimento dessa situação, acrescenta o decreto, poderá ordenar se proceda a inquérito urgente para avaliar a real situação da empresa, sem prejuízo das atuais competências da Inspeção-Geral de Finanças ou da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros.

O inquiridor poderá praticar todos os atos e diligências que entenda necessários para averiguar da efetiva situação da empresa, ficando os responsáveis pela administração da empresa, bem como os vogais do conselho fiscal e técnico de contas, obrigados a prestar ao inquiridor os esclarecimentos e a facultar os elementos de que ele carecer.

O não cumprimento disto, bem como os casos de ocultação, destruição ou extravio de elementos documentais ou de informação são puníveis com a pena aplicável ao crime de desobediência qualificada, sem prejuízo de penalidades mais elevadas previstas na lei.

As providências que o inquérito poderá propor

Concluindo-se, através do inquérito, que a empresa se encontra na situação atrás descrita mas que o interesse nacional justifica evitar a sua liquidação ou a declaração de falência e assim continuar a sua atividade com proveito para a economia nacional ou para impedir graves prejuízos de âmbito regional, o ministro que ordenou o inquérito poderá adotar as seguintes providências:

Propor ao Conselho de Ministros que o Estado intervenha na administração da empresa, nomeando delegados seus, administradores por parte do Estado ou uma comissão administrativa e, se for necessário, suspenda das suas funções um ou mais dos

administradores em exercício e restantes órgãos sociais ou, ainda, que, em casos de excepcional interesse para a economia nacional, decreta a nacionalização da empresa; propor ao ministro das Finanças a intervenção do Estado na obtenção de auxílio financeiro extraordinário; promover diretamente ou em colaboração com outros departamentos quaisquer diligências necessárias à consecução dos fins previstos, quando for caso disso, impor medidas de prévio saneamento económico e financeiro e a realização de correções nas situações de balanço que se apresentem desajustadas, incluindo as relativas ao capital próprio.

As conclusões do inquérito contribuirão ainda para o apuramento da responsabilidade civil da empresa e da responsabilidade civil ou criminal dos seus agentes.

As comissões administrativas, depois de ouvido o Conselho de Ministros, poderão assumir os poderes da assembléa geral para efeitos de fusão com outra ou outras empresas e terão poderes latos em matéria de alteração estatutária.

Havendo delegado do Governo, os atos de gestão da empresa, bem como os que impliquem a disposição ou oneração dos bens sociais, seja qual for o órgão social que os determine, dependerão de apreciação e aprovação prévia desse delegado, que os não sancionará quando sejam suscetíveis de afetar o normal desenvolvimento económico do País ou os interesses superiores da coletividade nacional, devendo, em tal caso, a empresa observar a orientação que for definida pelo representante do Estado.

No caso de não acatamento das suas determinações, o delegado do Governo proporá ao Conselho de Ministros a suspensão dos órgãos sociais da empresa e a sua substituição por uma comissão administrativa.

As possíveis intervenções do Estado

Se se tiver verificado, entretanto, que é contrário ao interesse público restituir uma empresa que foi reequilibrada com recursos da coletividade, aqueles que a conduziram à rotura do seu equilíbrio económico e financeiro, o Estado pode decretar a sua nacionalização subsequente.

Nesta hipótese, a nacionalização será efetuada com referência à situação da empresa no momento em que se verifique a intervenção do Estado.

Logo que deixe de se justificar qualquer das modalidades de intervenção previstas neste diploma, os representantes do Estado proporão a sua cessação, salvo nos casos previstos atrás.

O proprietário ou a maioria absoluta dos sócios da empresa detentores da maioria absoluta do capital poderão requerer que cesse a mesma situação, invocando razões justificativas.

No relatório final do seu mandato, os representantes do Estado deverão incluir as recomendações que julgarem pertinentes para a boa gestão futura da empresa, as quais serão comunicadas ao proprietário ou à assembléa geral dos sócios.

Quando se reconhecer, através do inquérito, que a empresa carece de auxílio financeiro, o inquiridor apresentará, nas suas conclusões, propostas concretas e devidamente justificadas de intervenção financeira a promover pelo Estado junto de instituições de crédito, bem como as garantias reais ou outras a considerar para o efeito.

PORTUGAL Trilha Nova

VARELA LEAL e FERNANDO COSTA

Comandam nova fase de Programações Lusãs na rádio brasileira

RADIO EMISSORA ABC-1.590 KHz

sábados — das 14 às 17 horas

"Ao bom Portugal... com carinho"

(Música - Romance - Poesia)

domingos — das 11,30 às 14 horas

"Portugal Trilha Nova"

(Desporto e Música)

M.F.A.: Dinamização Cultural

Para divulgar o programa de atuação das Comissões integradas na Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico, a ser efetuado pelas Forças Armadas, realizou-se uma conferência de imprensa no Quartel-General da Região Militar do Porto.

Campanha a todos os títulos louvável, que se propõe apolítica mas cujos fins últimos são o esclarecimento cívico-político das populações menos preparadas — quer cultural quer politicamente — e, portanto, necessitada de ser, digamos, ensinadas a viver em democracia, que mais não seja (e não o pode ser em tão curto espaço de tempo) ministrando-lhes noções elementares de cultura de procedimento cívico-político, preparando-as para as eleições para a Assembléa Constituinte, que se avizinham.

Não só os quarenta e tantos anos de provocado obscurantismo, que tanto interessou o regime fascista derrubado em 25 de Abril, mas também a não preparação política do povo português durante alguns séculos — como o referiu o brigadeiro Esmeriz na introdução desta Conferência de imprensa — conferem a esta campanha uma importância capital. Difícil tarefa, aliás, pois não tem exemplos onde vá colher ensinamentos e possa cotejar resultados. Tarefa que tem de superar as dificuldades pela intuição e a inteligência das pessoas nela empenhadas, requerendo um tremendo esforço de atenção, um repensar continuado, uma adaptação constante às questões a tratar, conforme o extrato sócio-cultural das diversas camadas populacionais, não permitindo deslizes que possam ser (e serão, com certeza) aproveitados pela reação para denegrir ou deturpar os intuídos (honestos e puros) da campanha.

CAMPANHA APOLÍTICA MAS DE AÇÃO CÍVICA

O Programa do M.F.A., que se deseja — e será — cumprido, obriga as Forças Armadas a despender esforços de esclarecimento de situações, empenhando-se nesta Campanha de Dinamização Cultural.

Sabendo-se, como já se disse, que o povo português não está convenientemente politizado, nomeadamente o das

regiões rurais e do interior, corre-se o perigo de que essas populações sejam arrastadas por propagandas políticas partidárias que não aceitam o jogo pluralista da democracia que o M.F.A. claramente tem como um ponto essencial do seu programa. A utilidade desta campanha é manifesta.

Não vão as pessoas que constituem os elencos esclarecedores captar simpatias para específicos programas de partidos. Vão sim levar — a par da cultura generalizada — as noções elementares de uma atuação cívico-política a quem não as têm.

Apolítica é, pois, esta campanha, se saudavelmente entendermos que o ensinamento do pensar e atuar cívico não é partidarismo.

Ação cívica porque ensinar, divulgar os princípios de procedimento cívico, ao mesmo tempo que se proporcionam novos horizontes culturais através da Literatura, das Artes Plásticas, da Música, do Teatro, do Cinema, etc., é passo firme e importante para a elevação sócio-cultural do Povo.

A QUEM INTERESSA A CAMPANHA?

A todos os democratas deste país, que nela devem colaborar (esquecendo as suas opções partidárias), pois todos nela podem tomar parte.

Se equipas de militares e civis vão por essas terras afora divulgar cultura, os visitados mais dotados (porque mais ilustrados) devem continuar a ação por eles iniciada, quer esclarecendo quer dinamizando agrupamentos de cultura e recreio (já existentes) ou criando essas fontes de divulgação e a atualização do saber. Lembremo-nos que o nosso atraso é grande e cada um de nós deve empenhar-se na elevação cultural do povo, que todos somos.

Interessa a Campanha aos órgãos da Informação — desde a "folha paroquial" à T.V. — que podem, por si só, desencadear (e manter) uma fortíssima ação com os objetivos que as Forças Armadas pretendem atingir com estas jornadas.

Só que se não desvirtuem os fatos, vendo-os e transmitindo-os com objetividade e até criticando-os com isenção e espírito democraticamente construtivo.

Tudo o que se escreveu resulta das palavras introdutórias ditas pelo briga-



O Major Azevedo, o capitão Bispo e o alferes Vermelho fazem à população do Sabugal numa sessão de esclarecimento.

deiro Passos Ermeriz, coronel Travassos, capitão Castro Carneiro e Dr. Luis Vale (que representava ali o Ministério da Comunicação Social), a esta conferência de imprensa, a que assistiram representantes dos jornais diários, da Rádio e da T.V.

AS LINHAS MESTRAS DA CAMPANHA

Necessariamente que para se levar a cabo esta ingente campanha, teve que se estudar um criterioso programa de ação, forçosamente flexível na adaptação a cada região, a cada núcleo populacional, contando com as potencialidades já existentes (as infra-estruturas a dinamizar) e as tradições culturais e etnográficas.

Por isso, se estabeleceram as seguintes "linhas mestras" do Programa da Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico: 1.ª — Luta antifascista; 2.ª — Esclarecimento do Programa do M.F.A.; 3.ª — Apoio às Forças Armadas no cumprimento do Programa do M.F.A.; 4.ª — Isenção partidária; 5.ª — Análise e discussão da problemática nacional; 6.ª — Inteligência política de atuação considerando que cada comunidade possua uma cultura própria que não deve ser agredida. Pretende-se levar informação e estabelecer um diálogo que permita a participação no processo de democratização em que o País se encontra envolvido a partir dos problemas efetivamente vividos por essa comunidade.

ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DE AÇÃO

Para cumprimento desse desiderato — que é a "abertura do espírito do nos-

so povo de modo a conscientemente escolher o destino que deseja seguir", como disse o coronel Travassos — teve que se estruturar uma organização e planejar a ação.

Assim, em Lisboa funciona uma comissão central e nas sedes das regiões militares estabeleceram-se comissões regionais, que abrangem a área de cada uma dessas regiões militares e têm sede nos respectivos quartéis-generais.

Cada comissão regional aciona Comissões distritais. No caso da Região Militar do Porto estas comissões estabelecem-se em Viana do Castelo, Braga, Vila Real e Bragança. No distrito do Porto a comissão regional desempenha (para já) a função de comissão distrital. Estabeleceram-se ainda cinco subcomissões, a saber: Chaves e Lamego (dependentes da comissão distrital de Vila Real); Povo de Varzim, Espinho e Penafiel (dependentes da comissão regional do Porto).

A descentralização assim estabelecida é necessária para a melhor atuação, pois que cada comissão tem a seu cargo prospectar meios de ação nas diversas localidades da sua jurisdição, estabelecendo a linha de atuação — que não pode ser demagógica, especialmente nos meios rurais porque menos desenvolvidos, como se disse.

Isto quer também dizer que esta dinamização cultural vai contar com as bandas de música, agremiações culturais e outras existentes, onde elas existam, e, ainda, com as bandas militares, orquestras da E.N., companhias teatrais, de ballet, cinema de amadores, etc., propositadamente empenhadas.

Semanalmente será distribuído e divulgado o programa das diversas sessões. "O Primeiro de Janeiro"

"do Boletim Informativo das Forças Armadas."

M.F.A. Campanha de dinamização cultural



Muito prazer em conhecer voalências

Unidade, trabalho e vigilância — objetivos da Frelimo

por Mário Rosendo

"Unidade, trabalho e vigilância" — estas as palavras de ordem que, quando da tomada de posse do Governo de Transição, Samora Machel dirigiu ao povo moçambicano. E, toda a atividade da Frelimo tem sido orientada para fazer compreender à população, através delas e do permanente esclarecimento do seu sentido, os verdadeiros objetivos da política de reconstrução nacional.

Os três jornalistas portugueses — nós e camaradas da Emissora Nacional, Francisco Munoz e Carlos Ventura — que, a convite do alto comissário Vítor Crespo, visitaram Moçambique, puderam verificar, nos seus contatos com a organização da Frelimo, que aquelas palavras de ordem, para além do caráter mobilizador das massas, constituem três pedras basilares no processo de reconstrução nacional.

Quer em discursos de membros do Governo ou de Samora Machel, o presidente da Frelimo, quer em sessões de esclarecimento, as chamadas "banjas" o povo moçambicano não deixa de ser exortado à unidade ao trabalho e à vigilância.

Tivemos oportunidade de, na Zâmbia, na povoação de Namuinha, a pouco mais de 30 quilómetros de Quelimane, assistir a uma "banja" e verificar todo esse trabalho dos homens da Frelimo.

Foram cinco horas de esclarecimento em que ativamente participou toda a população daquela localidade, quer cantando as maravilhosas canções da Frelimo — todas elas falando da unidade, da vigilância e da luta contra o fascismo salazarista e o colonialismo — quer travando diálogo vivo com os oradores.

Quem é o inimigo a vigiar

Falando em português — a língua de unidade nacional —, o comissário político da Frelimo e membro do seu Comitê Central, Olímpio Vaz, dirige-se ao povo que o aclama com mais vivas à Frelimo, ao povo moçambicano e ao camarada-presidente Samora Machel. Fala do significado das palavras de ordem — Unidade, Trabalho e Vigilância; fala do verdadeiro inimigo da revolução e aquilo que a Frelimo é, defende e luta; fala do 25 de Abril, da luta comum do povo português e da vigilância comum contra o inimigo, "que não tem cor".

Só com a unidade do povo, do Rovuma ao Maputo e sem distinções de raça, de cor, de etnia ou de religião, poderemos vencer o inimigo — o colonialismo, os reacionários, os exploradores de todas as raças.

Só com o trabalho e não com a preguiça, poderemos progredir e tornarmo-nos um povo rico que a todos beneficie.

Só com a vigilância permanente, poderemos desmascarar o inimigo, que não tem cor e que, muitas vezes, está ao nosso lado, vive ao nosso lado e que, malevolamente, aproveita as nossas fraquezas. Por isso devemos estar vigilantes até com nós próprios!

Viva a unidade do povo moçambicano do Maputo ao Rovuma! Viva o trabalho! Abaixo a preguiça! Viva a Frelimo! Abaixo a reação! Abaixo os racistas e os colonialistas, como a Joana Simeão e o Murupa!

Mas Olímpio Vaz não termina. Ainda é preciso definir, corretamente, o inimigo. E quando o intérprete acaba de traduzir para o chuabo, o dialeto local, o comissário político da Frelimo prossegue:

Mas quem é o nosso inimigo? O branco? Não! O povo português? Não!

O nosso inimigo não tem cor. É a Simeão e o Murupa, que são negros. É o Jardim, que é branco. São alguns japoneses, alemães, franceses, americanos. Não foram só portugueses que participaram na guerra. Também eles.

Quem é, então, o nosso inimigo? O povo português? Não, o povo português é nosso amigo. No dia 25 de Abril foi o povo português que derrotou o nosso inimigo: o fascismo e o colonialismo! Perceberam?

A prioridade: aumentar a produção agrícola

A "banja" não é, porém, uma reunião onde impere o monólogo. A assistência também participa. E faz perguntas, muitas perguntas: "Quando é que a Frelimo manda motores para tirar a água do rio para as nossas machambas? Quando é que a Frelimo mata os macacos que comem as nossas colheitas? A Frelimo vai acabar com as secas?"

Mas os homens da Frelimo não deixam sem resposta nenhuma das questões apresentadas. Em linguagem simples e direta, explicam os objetivos da revolução e as suas fases.

Os motores virão quando todos os homens trabalharem as suas machambas. O colonialismo é que não se preocupava com isso e, assim, o nosso povo não produz aquilo de que necessita. Perceberam?

E é esta a prioridade da reconstrução nacional: o aumento da produção nacional; o aumento da produção agrícola. Samora Machel, na mensagem aos Moçambicanos, não deixou de salientá-la:

"É no campo que vive a maioria esmagadora da nossa população, é no campo que se encontram os nossos recursos naturais, que se impõe desenvolver a fim de fazer prosperar o nosso país. Foi o campo que mais sofreu os efeitos destruidores da guerra, é no campo que se vêem as marcas mais nitidas da fome."

É para o campo, pois, que se dirigirá o essencial do nosso esforço, a fim de melhorar as condições de vida das massas. Devemos dar prioridade ao desenvolvimento da nossa agricultura, da pecuária, ao melhor aproveitamento dos nossos recursos do subsolo.

A emancipação da mulher

O trabalho, porém, não é fácil para a Frelimo, especialmente nas zonas, como neste caso, da Zâmbia. Há que combater tradições arraigadas, há que lutar contra os vícios impostos pela dominação fascista-colonial. E, neste aspecto, a luta pela emancipação da mulher assume um lugar de relevo, diríamos até, decisivo.

A mulher, em Moçambique, como, de resto, em toda a África colonial, não passa de um instrumento do homem, como força do seu trabalho na machamba. É ela a explorada do explorado. É ela o símbolo e justificação do poderio e riqueza do homem e, também, a maior vítima de um sistema que permitiu e até incrementou a sua exploração.

Por isso, na "banja", também a emancipação da mulher é motivo de esclarecimento. Em Namuinha é a comissária política Paulina, da Organização da Mulher Moçambicana, que fala da situação da mulher.

Paulina, a camarada Paulina, como é tratada, é uma das sobreviventes do massacre de Mueda, em 1960, e causa imediata da revolta do povo moçambicano. Então, tinha ela 16 anos.



A gravura mostra uma das chamadas "banjas", na Zâmbia, que têm como objetivo esclarecer sobre a revolução e a linha política da "Frelimo"



A comissária política Paulina, da Organização da Mulher Moçambicana.

No seu relato do que foi a morte de centenas de negros, no campo de aviação de Mueda, não transparece ódio.

E quando lhe fazemos notar isso, responde-nos com firmeza:

Eu sou militante e guerrilheira da Frelimo. E a Frelimo não tem ódios, mas sim uma revolução a fazer, uma luta a desencadear contra as causas do massacre!

Com a mesma firmeza com que nos fala e com que combateu, dirige-se ao povo de Namuinha:

A mulher moçambicana tem de deixar de ser explorada pelo homem. O seu lugar não é na machamba. A machamba é para o homem! Perceberam?

O homem tem de deixar de ter várias mulheres. A Frelimo defende a monogamia. Sabem o que é a monogamia? É uma mulher para cada homem e um homem para cada mulher. Perceberam?

A mulher tem de deixar de ser comprada. O lobo é coisa má, porque reduz a mulher a uma galinha. Perceberam?

Nós, da Frelimo, defendemos a mulher. O lugar dela é em casa e o do homem é na machamba, trabalhando!

É esta, pois, a grande tarefa da Frelimo e, também, a sua grande dificuldade. As reações a esta nova situação, especialmente dos mais velhos, são de desconfiança e, em alguns casos de resistência.

Lembramo-nos de um velho, um "grande" da povoação, com cinco ou seis mulheres, que, ao ouvir as palavras da camarada Paulina, não deixou de comentar e, depois, abandonar a "banja".

"A minha filha não a conheço. Casou em Quelimane com um qualquer, que não me deu nada. Não pode ser... Não a quero ver mais. E esta de não poder casar com mais mulheres, não gosto!"

São os pequenos privilégios do explorado, que o sistema colonial deu como "brinde", mantendo-o no obscurantismo e na superstição.

"O processo de alienação mental — disse, a propósito, Samora Machel — atinge o ponto culminante quando o elemento explorado, reduzido à passividade total, já não consegue imaginar que possa exigir uma possibilidade de libertação, e ele próprio se torna em agente difusor da teoria da resignação e passividade."

Por isso é que a revolução, em Moçambique, passa obrigatoriamente pela emancipação da mulher. Só a partir dela e com a sua libertação, a exploração do homem pelo homem terminará. E a Frelimo está empenhada nesta luta. Tanto como consciencializar o povo dos seus verdadeiros objetivos.

Almeida Santos na ONU: Angola livre em 1975

Portugal não poderá repetir em 1975 o sacrifício financeiro despendido este ano com o auxílio aos territórios em vias de descolonização.

NAÇÕES UNIDAS (NOVA IORQUE) — “O meu Governo não alimenta intenções ditatoriais quanto a Angola. Antes pelo contrário, é seu desejo que ela possa, no decurso de 1975, obter o estatuto de nação independente e livre”, declarou o ministro português da Coordenação Interterritorial, ao falar na Assembleia Geral da O.N.U. sobre o processo de descolonização. Almeida Santos disse, também, quanto ao calendário relativo a Cabo Verde, que Portugal “propende a não diferir sensivelmente” a data da independência daquele território à prevista para Moçambique e São Tomé e Príncipe (Junho de 1975).

O dr. Almeida Santos começou por afirmar ser intenção do Governo de Lisboa manter aquela Organização informada do esquema e do calendário, efetivos e em projeto, relativos à descolonização de cada território. Esse o motivo da sua missão em Nova Iorque.

Antes de entrar propriamente no assunto, saudou o presidente da Assembleia como o representante de um país, a Argélia, que muito tem contribuído também para esse processo de descolonização. Recordou, ainda, duas outras figuras que nele têm interferido, com excepcional relevo, o ministro português Mário Soares e o secretário-geral da O.N.U., Kurt Waldheim.

Depois, o ministro fez uma breve síntese da situação colónias-provincias ultramarinas durante o regime deposto, para acentuar depois: “E a pouco e pouco fomos ficando “orgulhosamente sós”, grotescamente fechados na validade suicida de sermos “o escândalo do mundo”. “Sacrifícavamos à guerra quarenta por cento da nossa receita orçamental. Eramos menos uma Nação do que um agrupamento humano desgarrado, dentro e fora das fronteiras tradicionais. Endividados, divididos, azedos, descrentes, ouvindo falar de liberdade sem conhecê-la, tivemos ainda a coragem e a vitalidade bastantes para produzir esse punhado de jovens oficiais que, em 25 de Abril, redimiu Portugal.

De novo livres sem o hábito da liberdade, fomos ainda capazes de não pagar ódio com ódio, nem violência com violência. Os carrascos ficaram à mercê dos soldados e do povo. Nem por isso deixámos de ser humanos. Tudo se saldou por uma revolução sem vítimas, cujo símbolo passou a ser uma flor, trocada de mão em mão.

Mas pesada foi a herança recebida. Como mudar sem represálias a guerra em paz? Como ganhar a batalha das chancelarias? Como descolonizar sem sobressaltos, e sem deixar atrás de nós o apocalipse, territórios onde havíamos plantado a erva da violência? Como reverter uma economia colonialista integrada, numa economia de coexistência em liberdade e respeito mútuo? Como saciar a fome de direitos e de justiça de todo um povo longamente censurado, oprimido, explorado?”

As coordenadas fundamentais do processo descolonizador

O ministro Almeida Santos referiu-se, a seguir, à incompreensão que algumas vezes têm encontrado, dentro e fora do país, perante a situação herdada, “esquecidos dos condicionamentos entorpecentes em que nos movemos, julgamos os efeitos esquecendo as causas”.

Falou das conquistas obtidas através do Programa do M.F.A., que assegura bem claramente um quadro de democracia pluralista. E no processo de descolonização que “haverá de merecer um juízo benéfico da comunidade das nações, pela determinação e maleabilidade com que engenhosamente vamos desmontando um mundo e construindo outro”. Tra-

çou, depois, as coordenadas fundamentais do processo descolonizador:

I — O reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência, hoje escrito na constituição do meu País;

II — A defesa intransigente de sociedades não raciais e a condenação veemente de todas as formas, de discriminação política e social, nomeadamente o “apartheid”;

III — O reconhecimento do papel histórico da Organização das Nações Unidas, e da força normativa internacional da sua Carta e dos seus princípios e resoluções;

IV — O reconhecimento do imperativo ético da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Sobre estas pedras edificou o novo regime português o processo da sua redimensionação, atualização e normalização geopolítica.

Não é por acaso que conseguimos sair de três longas e tormentosas guerras trocando abraços em vez de tiros

O ministro citou, então, as qualidades inatas do português para “conviver sem conflitos, a fazer amigos em todos os azimutes do humano”. E acrescentou:

“Não é por acaso que conseguimos sair de três longas e tormentosas guerras trocando abraços em vez de tiros e lavrando protocolos em que se fala a linguagem da amizade, da fraternidade, da coexistência e cooperação em paz. Nas três frentes de combate, o cessar-fogo de fato precedeu, com singular espontaneidade, o cessar-fogo “de jure”. Quando nós, à mesa das conferências, assinámos instrumentos de paz, soldados, adversários de ontem e camaradas de hoje, a haviam selado com abraços. Assim porque a guerra não opunha povos, mas sistemas. Mas também porque, ao consabido pacifismo africano, se contrapunha um povo — o português — excepcionalmente amante da paz e convivente”.

Saimos da guerra da Guiné, “não frente a frente, mas lado a lado”.

Fazendo o balanço do que foi feito e do que falta fazer no processo descolonizador, o ministro da Coordenação Interterritorial lembrou o que se passou na Guiné-Bissau. “O acordo de Argel, que tive a honra de ajudar a negociar, e a que deixei ligado o meu nome, consubstancia, não apenas um armistício, mas uma aliança. Saimos da guerra, não frente a frente, mas lado a lado. Protestamos amizade e temos sido amigos. Prometemos cooperar e temos cooperado. Médicos e professores portugueses seguiram já para o novo Estado a ajudar os seus irmãos guinéus.

Nos mais diversos domínios temos mantido um diálogo cooperante que já produziu e promete produzir os seus frutos”.

Moçambique carece de auxílio que ultrapassa as possibilidades financeiras de Portugal.

Quanto a Moçambique, disse também:

“A cooperação entre as Forças Armadas Portuguesas e as Forças Armadas da Frelimo, na manutenção da ordem e na salvaguarda da paz tem-se processado de forma impecável. No plano económico e financeiro, o Governo e o Alto Comissário têm enfrentado com coragem, e verdadeiro espírito de equipe, as enormes dificuldades encontradas à partida. O meu País, dentro da limitação dos seus recursos, tem facultado a débil economia moçambicana o apoio possível. É da ordem dos três milhões e oitocentos mil contos (cento e quarenta e oito milhões de dólares) o apoio financeiro do meu País a Moçambique no decurso do ano de 1974.

Mas Moçambique carece de auxílio que ultrapassa as possibilidades financeiras do meu País. Carece dele neste preciso momento. O que no seu presente se investir evitará indesejáveis consequências futuras, susceptíveis de multiplicação em cadeia.

Ajudado agora, Moçambique poderá em breve ser fonte de auxílio aos países do Terceiro Mundo, e não só, que dele mais careçam. Os gestos de apoio valem por si e pela sua oportunidade. Não esqueçamos isso”.

Vão ser titubeantes e difíceis os primeiros passos do novo Governo de São Tomé e Príncipe

Passando a São Tomé e Príncipe, o ministro recordou o acordo assinado e a anunciada independência. Falou de um governo de transição que, entretanto, dirigirá o território, das dificuldades económicas que poderão ser vencidas e que, este ano, Portugal pôde ainda contribuir com um auxílio global e desinteressado de 126 mil contos.

Dificuldades superadas em Angola, que tem assegurados os meios de auto-suficiência económica

Almeida Santos falou, em seguida, de Angola e da coexistência de três movimentos de libertação, dificuldade já superada pelo governo nas suas negociações. Referiu-se à próxima fase de constituição de um governo provisório e à proposta cimeira com a participação igualitária dos três movimentos ao nível da cúpula governativa angolana.

“O ponto de vista do meu Governo — disse —, é o de que seria sempre desejável e, na circunstância, indispensável, uma qualquer sorte de identificação e legitimação popular das novas autoridades do território, que não-de receber, na hora própria, a totalidade das prerrogativas de soberania e de Governo, no quadro da nova constituição do país, ela própria também o resultado e a expressão da vontade da maioria do povo de Angola, através de qualquer forma democrática de consulta”.

E mais adiante:

“Quero aqui afirmar: “urbi et orbi”, que o meu país não alimenta quaisquer propósitos de empenhamento político ou económico na Angola do futuro. Somos coerentes demais e ricos de menos para alimentarmos qualquer sorte de intenção neocolonialista.

De resto, Angola, ao contrário dos restantes territórios, tem assegurados meios de auto-suficiência económica. Assim os não destrua.

Quanto ao calendário dos passos e fases enunciados, é nosso propósito defini-lo, na posse de todos os dados influentes, na primeira mesa-redonda com os delegados de todos os movimentos. Posso, no entanto, antecipar que o meu Governo não alimenta intenções ditatoriais, antes pelo contrário, é seu desejo que Angola possa, no decurso de 1975, obter o estatuto de nação independente e livre”.

Cabo Verde, onde levámos a cabo a nossa realização cultural mais completa e genuína

Cabo Verde vem na sequência do discurso: “Cabo Verde é, e de certo modo foi sempre, um território paupérrimo. Entregou-no-lo a natureza despovoado, e entre sucessos e insucessos radicámos nele grupos humanos que cumpriram o mandamento bíblico da multiplicação. Demográficamente, atinge hoje os trezentos mil habitantes, afora outros tantos que traz dispersos por esse vasto mundo. Foi talvez ali que levámos a cabo a nossa realização cultural mais completa e genuína”.

Almeida Santos refere, depois, o flagelo da seca que val em cinco anos, acentuando que o arquipélago tem subsistido à mercê de subsídios do Governo de Lisboa: 832 mil contos no decurso do ano corrente.

Quanto ao processo de descolonização, Almeida Santos indicou as conversações travadas com os representantes do P.A.I.G.C., dizendo quanto ao calendário, “propende o meu país a não diferir sensivelmente a data da independência de Cabo Verde em relação à de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe”.

Três correntes em Timor

No que respeita a Timor, o Mi-

nistro traçou o panorama político que ali se desenha, afirmando que qualquer que seja o resultado da consulta popular, o governo português acata-lo-á.

“Dentro do território — disse — esboçaram-se, entretanto, três correntes: a que defende a continuidade da presença portuguesa, a que pugna pela integração na República da Indonésia, e a que advoga a independência total e imediata”.

Não há problema de descolonização em Macau

Quanto a Macau, o Governo Português não considera que se ponha qualquer problema de descolonização: “Ali se encontraram, e em certa medida se fundiram, dois povos, duas civilizações, dois mundos. Dura há quase cinco séculos, virgem de violência, esse pacto de coexistência mútua, demonstrativo da tolerância da República Popular da China e da convivalidade dos Portugueses.

Respeitamos a população chinesa do território, continuamos a ter gosto em ajudá-la, mas nunca pretendemos representá-la e muito menos tutelá-la. Macau é um território onde se fundem os interesses pacíficos de dois povos, que por isso devem regular exclusiva e bilateralmente, os respectivos problemas. Representa, de resto, uma experiência política original, consagrada pelo tempo e pelo consenso dos que nele vivem”.

230 milhões de dólares gastos no auxílio aos territórios sob administração portuguesa

Disse ainda o ministro Almeida Santos: “No ano corrente o meu país já prestou aos territórios sob sua administração um apoio desinteressado e global de cerca de seis milhões de contos (aproximadamente duzentos e trinta milhões de dólares). Pode esta cifra não impressionar uma grande potência. Nem por isso ela deixará de representar cerca de 4% do nosso produto nacional bruto”.

Tudo se há-de passar em termos de testemunho do Portugal novo, democrático e livre

O dr. Almeida Santos afirmou que se os novos governos dos territórios, de transição embora, não forem auxiliados à partida, não só se avolumarão as crises, em vez de se resolvê-las, como criarão de si mesmos uma imagem que não será a mais conveniente para a estabilidade do poder.

E a concluir:

“Permitam-me VV. Exas. que realce o fato de que, estando a enfrentar uma situação herdada, que não era sequer livre de criticar, o meu Governo não se encontra em posição substancialmente diversa do ângulo da responsabilidade moral da de qualquer outro. É por isso que gostaria de ver encarado o processo de descolonização dos seus territórios, mas do que já o é, como algo que diz também respeito à comunidade das nações. A essa comunidade pertencem desde já os povos e pertencerão em breve as pátrias em processo de gestação política. E não tenhamos dúvidas: a descolonização, só por si, não trará imediatamente a fatura e o progresso. Bem ao contrário, é provável que, numa primeira fase, seja fator de crise. Por outro lado, nem é justo que de nós se exija, em 1975, um sacrifício financeiro igual ao de 1974, nem se o fosse, estaríamos em condições de repeti-lo. Iremos até onde pudermos. Onde não puder chegar a pecúnia, chegarão os técnicos, chegarão os educadores, chegarão os meios humanos.

Tudo se há-de passar em termos de testemunho do Portugal novo, democrático e livre que a revolução de 25 de Abril devolveu aos Portugueses. Um Portugal onde não cabem o egoísmo, a intolerância, a discriminação, a violência. Um Portugal reidentificado com a sua vocação universalista e africana, sinceramente desejoso de voltar a ser irmão de todos os povos”.

Angola: um país demasiado rico

Angola é um país demasiado rico para que o seu acesso à independência não levante problemas.

Nos começos da década de 60, Salazar resolvera abri-la ao capital internacional, pois necessitava de apoio na luta contra guerrilha e a revolta do povo angolano. Rica em petróleo e em reservas minerais ainda mal exploradas, Angola seduzia os diversos grupos interessados, que procuraram por todos os meios atizar as rivalidades entre os movimentos de libertação e os antagonismos tribais ou regionais. Por outro lado, Angola é a única "colônia de povoamento" de Portugal (600 mil brancos, numa população de seis milhões), e o Governo de Lisboa prevê um prazo mínimo de dois anos para a independência, no estado em que as coisas se encontram.

Pode dizer-se que, em Angola, dois setores sem grandes afinidades entre si se justapõem: a agricultura e as minas. A grosso modo, a agricultura está nas mãos dos portugueses, enquanto as minas representam como que o domínio dos estrangeiros. Na prática, porém, as coisas não são exatamente assim.

Na agricultura, dez mil famílias brancas controlam uns 500 mil trabalhadores africanos, 88,7% dos trabalhadores "assalariados" africanos estão fixados na agricultura. Esta noção de "assalariado" encobria, porém, um sistema que se parecia muito com o de trabalho forçado. Em 1960, o salário anual médio variava entre o equivalente a 7 e 15 dólares mensais. As principais produções são o café (3.º exportador mundial), o sisal, o milho, o algodão, o tabaco, o trigo, a cana de açúcar e as madeiras.

Mas, na agricultura, são também os grupos internacionais ligados às companhias portuguesas quem comercializam os produtos. Ou quem controla nitidamente a produção. O café está nas mãos de cinco sociedades.

Na realidade, a população portuguesa está largamente concentrada nas cidades. Os portugueses que trabalham na agricultura são, essencialmente, intermediários entre as grandes companhias e a massa de trabalhadores negros.

Quanto aos interesses industriais e mineiros: até começos da década de 60, apenas duas sociedades estrangeiras tinham investimentos importantes em Angola. A Tanganyika Concessions possui a estrada-de-ferro de Benguela, utilizada no transporte do cobre da Zâmbia (antiga Rodésia do Norte) para o porto do Lobito. O grupo Diamang — isto é, a De Beers — tem o monopólio da extração de diamantes em 81% do território.

Entre os novos pólos de interesse mineiro de Angola, o petróleo é sem dúvida o mais importante. O jazigo da Gulf, no enclave de Cabinda, já está a produzir mais de seis milhões de toneladas por ano. Outras sociedades têm efetuado pesquisas, em diversos pontos do território. Mas o certo é que, nestes últimos anos, novos grupos estrangeiros se têm instalado em todos os setores. No dos diamantes, a Angola Exploration Company e a Anchor Diamond Corp. (África do Sul) e a Diamonds Distributors e Diamul (americanas). A produção passou assim de 500 mil contos em 1960 para 2300 mil contos em 1969.

A Crupp tem hoje interesses nas minas de ferro, bem como alguns grupos ingleses e americanos. A produção aumentou de 1 para 7 milhões de toneladas, no período compreendido entre 1967 e 1971, e as reservas parece serem enormes. Angola possui também cobre, ouro, manganês, níquel, urânio.

Terra da promessa... No entanto, para já, essas riquezas não irão simplificar os problemas de Angola, o novo "Brasil africano".

PUBLICAÇÕES



A coleção "Documentos vivos da história de Portugal", recentemente iniciada, é mais uma oportuna iniciativa que devemos à Seara Nova.

O seu primeiro volume dá-nos a conhecer o "Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana de 31 de Janeiro de 1891" e tem a valorizá-lo um prefácio e notas do escritor Alexandre Cabral.

O Manifesto, que ficou encafuado nas gavetas do fascismo, é um documento valioso e esclarecedor de um movimento que Alexandre Cabral situa e define com seu estilo incisivo e direto:

"No contexto sociopolítico de oitocentos, o 31 de Janeiro, a despeito do seu malogro, significou, pela audácia e consciencialização de princípios, uma etapa decisiva da luta do povo português pela institucionalização de princípios democráticos, reclamados de há muito mas sistematicamente ignorados na prática governamental: reivindicação da soberania popular; liberdade de associação e de reunião; liberdade de imprensa; exigência de uma radical moralização da Administração, pugnando-se pelo princípio de incompatibilidade entre o exercício de cargos públicos a alto nível e a simultânea atividade especulativa de gestão de empresas, acumulação que acabou por transformar o poder em força de pressão em benefício dos sindicatos financeiros de toda a espécie; institucionalização do ensino gratuito obrigatório; dignificação da mulher no trabalho e na vida social; efetiva proteção à criança"

Os emigrados de Madrid, prejudicados pela traição de um sargento-ajudante (ajudante de sargento, mas com alta patente como traidor), tiveram ainda contra eles uma boa dose de romantismo e consequentes erros de cálculo. Mas essas falhas são o preço da experiência com a qual se fabricam as vitórias futuras. E o adubo de novas e generosas investidas encontra-se nas palavras dos exilados de 31 de Janeiro:

"Uma exortação dissemos que se contém neste manifesto".

"E assim o quisemos e assim procedemos, porque, abrindo, pela nossa parte, mão a esta revoada colérica; abandonados, perdidos, bebendo as lágrimas, forjando o ânimo; sós, orgulhosos, obscuros, altivos e humildes, porque cuspiamos nos homens indignos e imploramos a Deus justiceiro, entendemos que bate o minuto em que urge gritar a um povo honrado, a um exército valente que não pode ser mais; que não há-de ser ainda; que é inevitável, que é irremediável, que é necessário, imediata e incontrariadamente, cavar fundo, rasgar imenso, despedaçar largo, destruir vasto, já, já, agora, agora, de maneira que a incomparável vergonha se envergonhe, esta incomparável, esta inverossimil, esta única e extraordinária hediondez de que uma nação inteira continue, inerte, tranquila e triturada, sob as patas obscuras de uma canalha que ela abomina muito menos do que ela despreza".

O Manifesto dos Emigrados de 31 de Abril de 1891, há quase oitenta e quatro anos. Nesse período, Portugal conheceu mais dezoito anos de monarquia e quarenta e oito de fascismo. Só teve dezessete anos, em oitenta e quatro, para seu aprendizado democrático. No século XX, isolou-se do mundo e conheceu o imobilismo dos cemitérios. Tudo isto o afastou de sua vocação de povo livre que deixou, em várias épocas da história, a impressão digital duma genialidade que tem condições de voltar a afirmar-se após o 25 de Abril, quando forem superadas as pesadas dificuldades do acervo fascista (que superá-las, por si só, já é prova de genialidade).

Neste momento em que a Democracia reafirma os seus direitos, a leitura do Manifesto desperta em nós sentimentos de orgulho e de gratidão. Afinal, aquela derrota transformou-se em mola propulsora, como muito bem assinala Alexandre Cabral:

"— Sufocada a Revolta, presos, julgados e degredados os democratas que nela intervieram, enquanto outros se homiziavam em Espanha, os Vencidos de 31 ganharam de imediato uma aureola extraordinária de autênticos patriotas, que ousadamente procuraram o resgate da Pátria à custa da liberdade pessoal e da própria vida, o que se traduziu num estímulo importante para o prosseguimento da luta popular contra as instituições monárquicas".

Obrigado à SEARA NOVA por nos ter proporcionado a leitura deste documento histórico honesto e corajoso, que pelo seu apelo às forças vivas da Democracia não teve sua publicação franqueada nos quarenta e oito anos de fascismo e opressão.

Sidónio Muralha



a crise maior

"Oliveira Martins dizia que a emigração portuguesa é uma espécie de barómetro do mal-estar ou bem-estar do País. Hoje é irrefutável que a crise emigratória que se inicia com a década de 60 é a mais grave de toda a nossa história". Foi isto lembrado por Joel Serrão, na conferência que recentemente, no Museu de Belém, inaugurava as atividades, deste ano letivo, do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.

O conferencista começou por historiar a emigração portuguesa desde o século XV até a atualidade e, fixando-se no momento presente, declarou:

"De acordo com os dados até 1967, era possível afirmar que a crise emigratória dessa década não era mais grave do que a dos anos 1911, 12, 13. Com os dados de que hoje dispomos, incluindo já 1973, temos de reconhecer que os últimos catorze anos correspondem à crise emigratória mais grave da nossa história" — disse o dr. Joel Serrão.

"Hoje o camponês português é empurrado por razões de natureza sócio-económica para regiões da Europa que, embora para lá vá viver em más condições, dadas as suas condições de origem, lhe oferecem uma alternativa irresistível. O emigrante que abandona o País val só, depois manda ir a família, está a resolver de acordo com as possibilidades que lhe são deixadas, o problema da sua família, que só com essa transplantação maciça atinge níveis considerados mínimos para a vida humana.

No censo de 1970 — precisou — verificou-se um decréscimo muito significativo da população portuguesa, que é hoje, além disso, uma das mais idosas da Europa. As previsões otimistas que se faziam — acentuou o dr. Joel Serrão — estavam em contradição com todos os dados da realidade.

Com a sua população a envelhecer progressivamente, o País debate-se com o problema de reter consigo os jovens, o que põe fora de questão medidas coercitivas: "a emigração clandestina é uma constante de toda a emigração portuguesa, e sobretudo da contemporânea" — acentuou.

E o conjunto de circunstâncias que importaria criar foi traduzido por Joel Serrão deste modo:

"Ninguém e nada nos socorrerá neste momento se não formos capazes de nos socorrermos a nós próprios, mediante o trabalho produtivo, a economia de gastos supérfluos, um esforço enorme no sentido da educação do povo português, trazendo-o aos níveis mínimos de desenvolvimento sociocultural.

População portuguesa no estrangeiro

Por se julgar de interesse (1) apresenta-se, a seguir, um quadro estimativo da população portuguesa residente no estrangeiro, referido a 31 de Dezembro de 1973 e elaborado com base em estatísticas oficiais dos diversos países (sempre que possível), em informações fornecidas pelos diversos Consulados de Portugal, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em elementos relativos à emigração portuguesa constantes das estatísticas do INE:

Países	Port. residentes
África do Sul	140 000
Alemanha	110 000
Antilhas Holandesas	1 500
Argentina	40 000
Austrália	8 000
Bélgica	12 000
Bermudas	2 000
Brasil	620 000
Canadá	110 000
Espanha	26 000
E.U.A.	160 000
França	880 000
Grã-Bretanha	24 000
Holanda	6 000
Itália	1 500
Luxemburgo	24 000
Rodésia	8 000
Suécia	1 500
Suíça	2 500
Venezuela	95 000
Zaire	20 000
TOTAL	2 212 000

(1) Vide Conjuntura Económica (artigo "A Banca e a Reconstrução Económica").

INSERVA — Turismo Ltda.

Passagens aéreas e marítimas
Rua Barão de Itapetininga, 255
Loja 27 - Galeria Califórnia
EMBRATUR 163/SP - cat. "A"
Tels.: 36-1325, 34-0029, 35-7323 - São Paulo

CASA DO MATE

Mate quente e gelado a toda hora -
Mate com leite, limão e maracujá -
Chá mate e chimarrão em pacotes
das melhores marcas
Av. São João, 602 - São Paulo

Livros nacionais e estrangeiros
Técnicos, jurídicos e didáticos
Para todos os cursos
Primário, Ginásio, Científico
Consulte-nos: fone: 239-3238
LIVRARIA E PAPELARIA
JARAGUA LTDA.
Rua Marconi, 54 — São Paulo

OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA

Consertos e reparos de máquinas e ferramentas

SERVIÇO DE TORNO E PLAINA

SOARES & BAPTISTA LTDA.

Rua Cisplatina, 31 — Fone 273-5683 — Ipiranga — São Paulo



■ Enviava ofícios à extinta P.I.D.E.-D.G.S. um dos diretores dos Serviços Municipalizados de Gás e Eletricidade que os trabalhadores ainda não conseguiram sanear.

Já afastados por decisão tomada em plenário dos trabalhadores, dois elementos da direção daqueles serviços, os engenheiros Hoesen e Paulo Tavares, continuam contra a vontade do pessoal, a ser mantidos em lugares diretivos e a assinar documentos.

Pois é um destes diretores-delegados, Fritz Hoesen, a julgar pela assinatura, que em 13 de Junho de 1973, enviava à ex-P.I.D.E.-D.G.S., o ofício n.º 1965 — CONFIDENCIAL, que dizia o seguinte:

“Para conhecimento de V. Ex.ª e os fins que julgar convenientes apressamo-nos a remeter aqui junto os panfletos encontrados esta manhã nas instalações destes Serviços, na Rua de João das Regras, que provavelmente foram arremessados da rua.

“Estes panfletos foram encontrados pelo pessoal que fez a entrega ao seu chefe direto.

“Aproveitamos este ensejo para apresentar a V. Excia. os nossos cumprimentos”.

O ofício termina com a sacramental “A bem da Nação”.

Uma pergunta: ainda vão ter que lutar durante muito tempo os trabalhadores do Gás e Eletricidade para obterem o saneamento de indivíduos tão prontos a fornecer informações à tenebrosa policia politica?

■ Por despacho do ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, acaba de ser determinada a abertura de uma sindicância ao Serviço Nacional de Emprego.

A decisão tomada por aquele membro do Governo fundamentou-se no fato de grande número de processos relativos ao S.N.E., submetidos a despacho da Secretaria de Estado do Emprego, denotarem situações irregulares que levantam sérias dúvidas quanto ao normal funcionamento do Serviço Nacional de Emprego.

■ Delegações de sargentos do quadro permanente dos três ramos das Forças Armadas deslocaram-se, recentemente, à residência oficial do Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, tendo manifestado ao Chefe do Governo o apoio da classe ao programa do MFA e à vontade de colaborar na democratização do país e noutras tarefas de reconstrução nacional.

Durante cerca de meia hora os sargentos trocaram impressões com aquele oficial general, no que foi descrito como um “ambiente da maior informalidade”.

“Se há um ano atrás me dissessem que isto era possível...” — exclamou, ainda incrédulo, um dos delegados.

As três delegações, que já mantêm reuniões semanais com o general Carlos Fabião, e tiveram um encontro com a comissão coordenadora do MFA, pretendem fundir-se numa comissão nacional de sargentos, cujo reconhecimento oficial está para breve.

■ O acordo de navegação aérea entre Portugal e a URSS foi assinado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e pelo Embaixador da URSS em Lisboa, Arnold Kallinin.

A delegação da Aeronáutica Civil da União Soviética que se encontra em Lisboa para as negociações sobre a linha aérea Lisboa-Moscú, deslocou-se ao aeroporto de Lisboa para visitar as instalações da TAP e prosseguir os trabalhos iniciados.

O referido grupo, composto por cinco elementos, é chefiado pelo diretor-geral das relações internacionais do Ministério da Aeronáutica Civil da URSS e foi acompanhado na visita pelo Embaixador do seu país e recebido pelo presidente da TAP, membros do conselho de administração e funcionários superiores.

Após a visita, efetuou-se mais uma reunião na qual foram abordados pontos de grande interesse para aproximação neste domínio entre os dois países e para o estabelecimento de acordos entre as companhias TAP e Aeroflot.

■ Segundo a Emissora Nacional de Lisboa, o Ministério das Comunicações emitiu um comunicado informando que num teste feito entre três mil cartas enviadas pela emigração, somente nove repudiavam o MFA. A grande maioria dos missivistas fazem críticas à imprensa reacionária de vários países que está deturpando os acontecimentos em Portugal.

■ Fontes bem informadas divulgaram notícia de que um tal dr. Teixeira Pinto, um dos principais assessores de Henrique Tenreiro, mais conhecido por “almirante do bacalhau”, — e que se encontra preso por corrupção desde os primeiros dias da revolução de abril, — “ausente em parte incerta”, está sendo procurado por ter feito um desfalque no valor aproximado de Cr\$ 500.000,00. Calcula-se que o mesmo indivíduo possa encontrar-se foragido no Brasil.

■ Em cerimônia simples, tomou posse do cargo de vice-reitor da universidade do Porto, o prof. dr. José Morgado, doutorado em Matemática, e que pela mesma universidade foi formado, tendo como mestre o prof. dr. Rui Luís Gomes, atual reitor.

Assim se juntam no desempenho das mesmas altas funções o mestre e o aluno e, também, dois companheiros de luta que passaram pelas mesmas vicissitudes, pois ambos conheceram o exílio, no Brasil.

■ Em entrevista concedida ao “Jornal do Fundão”, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves afirmou que “a força do MFA não deve ser apreciada pelo número de adesões que a nível de oficiais possui. A força do MFA deve ser apreciada na adesão que houve às propostas do programa apresentado à Nação em 25 de abril por parte de todos os escalões das Forças Armadas e não há dúvida que, com o decorrer do tempo, as Forças Armadas estão cada vez mais identificadas com o programa do MFA. Devo acrescentar que considero esse fato absolutamente natural e próprio de um processo como o que estamos a viver”.

Sobre o futuro papel do MFA, o brigadeiro Vasco Gonçalves disse que “o MFA e as Forças Armadas deverão ser os garantes das instituições que o nosso povo venha a escolher livremente, ao abrigo de golpes contra-revolucionários cerceadores das liberdades já conquistadas”.

■ O chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião, no decorrer de uma visita efetuada à Região Militar de Coimbra, declarou estar convencido de que irá ser o povo português a decidir, através da sua votação, até onde deverá ir o processo revolucionário desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas.

Mais adiante, o general Carlos Fabião referiu-se à importância que atribui às visitas aos comandos das regiões militares, considerando-as como passos para a consolidação do processo revolucionário que se vive e que deverá prolongar-se até ao estabelecimento definitivo de uma verdadeira democracia.

“Estamos fazendo pelos nossos filhos — disse — aquilo que os nossos pais não fizeram por nós”.

■ Começaram em todo o país, as operações de recenseamento, destinadas às eleições de março para a Assembleia Constituinte. Pela primeira vez, depois de 48 anos de fascismo, mais de cinco milhões de portugueses vão poder, em liberdade, escolher os seus representantes, através dos partidos políticos.

O recenseamento prolonga-se até ao dia 29 e todos os portugueses, na posse dos seus direitos políticos, com mais de 18 anos, homens e mulheres, mesmo que não saibam ler ou escrever, deverão recensear-se.

Do dia 7 a 17 de janeiro, as comissões de recenseamento publicam cópias dos cadernos de recenseamento, ou seja: listas com os nomes dos habitantes da freguesia recenseada. O eleitor deverá consultar essas listas pois, caso se verifique algum erro, deve dirigir uma reclamação à comissão de recenseamento local.

Debelados os primeiros obstáculos — nomeadamente os motivos que deram ensejo a reclamações quanto à constituição de algumas comissões — a situação apresenta-se, agora, normalizada na maior parte do território, e nada impede que se dê o primeiro passo no caminho do recenseamento da população civil.

No que se refere ao pessoal militar, o Estado-Maior General das Forças Armadas fez distribuir o seguinte comunicado:

“Constatando-se ser necessário regular de forma pormenorizada o recenseamento dos militares que se encontram a prestar serviço nas unidades ou estabelecimentos militares, solicita-se às comissões de recenseamento e aos próprios militares naquelas condições que não procedam ao seu recenseamento antes de serem difundidas instruções nesse sentido”. Recebidas as instruções das Forças Armadas, as comissões de recenseamento já podem aceitar a inscrição de qualquer militar — informa um comunicado do Ministério da Administração Interna.

■ O jornal “A Bola”, está publicando uma série de reportagens contando os problemas políticos que muitos craques tiveram durante o período salazarista. Essas reportagens estão sendo transcritas por vários jornais europeus.

Costa Pereira, o grande goleiro do Benfica e da Seleção Portuguesa, assim como Águas, Coluna e Santana eram alguns dos jogadores mais perseguidos pela Pide (policia secreta portuguesa dissolvida após a queda da ditadura, em abril passado).

Eis parte do depoimento de Costa Pereira ao jornal:

“Estive na Pide a chamado diversas vezes só porque nos campos e estádios sempre expus meus pontos de vista. Infelizmente, sempre havia algum jogador ou dirigente para me delatar.

“Uma vez chegamos a ser proibidos de dar autógrafos quando nosso clube jogasse ou excursionasse por países socialistas. O pretexto era que nossas assinaturas poderiam ser indevidamente usadas em baixo de artigos contra a regime de Portugal”.

■ Os portugueses residentes no estrangeiro e em situação militar irregular poderão vir livremente ao país, por uma só vez, entre 15 de dezembro e 31 de janeiro, mas não poderão exceder esse prazo limite de permanência, sob pena de não lhes ser depois permitido abandonar o território nacional enquanto não regularizarem definitivamente aquela situação — determina um decreto-lei dimanado do Conselho dos chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

O decreto refere, no preâmbulo, que “muitos indivíduos ainda se encontram em situação militar irregular no estrangeiro, quer por motivos de ordem ideológica e política, quer por motivos económicos, a que foram conduzidos pelo regime em vigor antes de 25 de abril de 1974”.

Considera, por outro lado, “não se verificarem no momento atual condições que determinem a publicação de legislação com vista a regularizar definitivamente a situação militar dos indivíduos nestas condições” e sublinha o interesse que existe em que “um maior número de emigrantes possa tomar contato direto com a atual realidade nacional”.

■ A delegação portuguesa, chefiada pelo diretor-geral da Energia, que visitou este mês a capital do Iraque, estabeleceu negociações com a INOC — Irac National Oil Company, empresa nacional que se ocupa da exploração e comercialização, no estrangeiro, do petróleo e produtos derivados iraquianos.

As negociações conduziram à celebração de um contrato de abastecimento de Portugal, para 1975, cujo valor é da ordem de dois milhões de contos.

Por outro lado, a delegação estabeleceu contactos com os Ministérios da Economia e dos Negócios Estrangeiros, onde encontrou a melhor receptividade, aguardando-se que a importação de petróleo bruto agora promovida do Iraque possa constituir um princípio muito positivo para uma muito breve oficialização das relações políticas, económicas e comerciais entre os dois países.

Entretanto, e mesmo antes de celebrado qualquer acordo comercial com o Iraque, julga-se que os exportadores portugueses poderão iniciar desde já as diligências necessárias para uma eventual reciclagem das divisas correspondentes à importação de dois milhões de contos de petróleo bruto. Aquele país, em pleno e acelerado desenvolvimento, é um mercado de enormes potencialidades para a absorção de produtos, equipamentos e engenharia nacionais.

Dinamização Cultural: Um diálogo com as crianças



O tenente-coronel Carmona e Silva — um bom exemplo de como falar às crianças.

No prosseguimento do Programa de Dinamização Cultural que o MFA está a levar a cabo, realizou-se recentemente em Loures, na Escola Preparatória Carolina Michaelis, mais uma sessão de esclarecimento popular. Escola pequena em que mal cabem as largas centenas de crianças que a frequentam, situada num sítio ermo devido aos interesses gananciosos de alguns construtores civis e funcionários corruptos. Sem condições higiénicas, com a água trazida em caminhões cisterna (porque da canalizada é um luxo), situada bem longe da vila, o que obriga as crianças ao calcorrear diário de um caminho enlameado pela chuva, a escola recebeu a visita do tenente-coronel Carmona e Silva, da Força Aérea, por iniciativa de um grupo de professores.

O programa começou pela audição de música de Mozart, que as crianças ouviram bastante inquietas. O "prato forte", para elas, era o período de perguntas e respostas. A informação sobre o que fora o 25 de Abril, o 28 de Setembro, as causas da demissão de Spínola, era o que efetivamente parecia interessar à criançada.

E assim foi. O tenente-coronel Carmona e Silva foi assaltado pela curiosidade infantil.

Primeiro — quis saber-se o verdadeiro significado do 25 de Abril. E aquele oficial do M.F.A. disse: O Movimento de 25 de Abril foi principalmente feito para vocês. Nós já somos velhos. Vocês é que terão os grandes frutos do 25 de Abril. Foi um movimento militar que derrubou um Governo para implantar a vontade do povo em Portugal.



"Ele começou porque houve um grupo de oficiais que pensaram que as coisas não estavam bem, que não se podia continuar com a guerra do Ultramar, onde morria tanta gente. Vocês, com certeza, tiveram irmãos, tios ou pais que vieram feridos ou mortos.

Esta maneira de pensar chamou cada vez mais militares, e hoje em dia a grande maioria das Forças Armadas estão com esse grupo de oficiais. Eu, no dia 25 de Abril, não estive. Mas hoje estou. Como a grande maioria de oficiais do Exército Português."

28 DE SETEMBRO NÃO FOI REVOLUÇÃO

Vieram depois as perguntas sobre a realização prática do 25 de Abril. A que horas foi dado o sinal?

Quantos quartéis entraram no 25 de Abril? E o 28 de Setembro, a que uma aluna da escola chamou uma revolução.

"No dia 28 de Setembro não houve uma revolução" explicou o tenente-coronel Carmona e Silva. "O que estava preparado no 28 de Setembro, e mesmo já com alguns dias de antecedência, era uma coisa, de que vocês já ouviram falar, da "maioria silenciosa". As forças da reação que são todos aqueles que não gostaram do 25 de Abril, tencionaram fazer uma manifestação ao senhor general Spínola. Essa manifestação teria até muita gente, que nem saberia bem o que vinha fazer. As forças que a organizaram queriam aproveitá-la para estabelecer um clima de emotividade que poderia levar as Forças Armadas a terem de intervir.

"E o que é que aconteceria? As Forças Armadas teriam que fazer aquilo que a Polícia de Choque fazia. E haveria uma desunião entre o povo e as Forças Armadas, e a necessidade de as pessoas que ao tempo estavam no Poder imporem uma ditadura militar, um estado de sítio. E isso o Movimento das Forças Armadas não queria. Por isso procurou impedir que se realizasse essa manifestação. E nessa altura foi ajudado por todo o povo, fazendo barreira em vários pontos da entrada de Lisboa.

"O fato de se não ter apanhado muitas armas não significa que não se tivesse de fato tentado fazer uma revolução, virando as Forças Armadas contra o povo. E as Forças Armadas não queriam isso.

"O seu trabalho era mais fácil ou difícil depois do 25 de Abril?"

"Hoje o meu trabalho é muito mais fácil, respondeu o oficial do M.F.A., continuando: "Hoje estou aqui convosco. É uma coisa que anteriormente não poderia fazer, porque dantes os militares estavam nos seus quartéis, nas suas missões, ou iam para a guerra.

"Agora não. Como vêm há muitos militares que andam pelas escolas de todo o País a tentar explicar às pessoas o que é que nós queremos fazer de Portugal. E isto é muito mais agradável do que andar aos tiros. Portanto o meu trabalho agora é muito mais fácil do que antes e dá-me muita satisfação."

DAS CALDAS AO 25 DE ABRIL

As relações do movimento das Caldas da Rainha com o 25 de Abril despertou também a curiosidade das crianças. E o tenente-coronel esclareceu: "O movimento das Caldas era o mesmo movimento que mais tarde se fez em 25 de Abril. Houve uma falta de comunicação. O MOVIMENTO ERA PARA TER INÍCIO NAQUELE DIA: Mas por vários motivos foi preciso adiá-lo. As Caldas da Rainha é que já não podiam parar. Tinham de sair porque já tinham preso o comandante. Saíram e até foi bom, porque foi uma espécie de balão de ensaio. Verificou-se que as forças do Governo eram muito fracas, que ninguém estava interessado em defender

o Governo. Os oficiais que lá tinham estado foram presos, mas isso não teve importância nenhuma. Até ajudou porque o Governo pensou que já tinha preso os cabecilhas, e ficou desconsado."

HUMBERTO DELGADO

As crianças estão bem informadas. Pelo menos melhor do que muita gente pensa. Atentas, não lhes escaparam as notícias referentes ao assassinato do general Humberto Delgado.

Quiseram ser melhor esclarecidas. E foram-no:

"O então presidente do Conselho, o dr. Salazar disse que não tinha sido morto por nós, portugueses. Ele disse que teria sido morto pelos comunistas. Ora a verdade é que o general Humberto Delgado foi morto pela P.I.D.E., como foi mais tarde provado. Aliás já há um livro publicado acerca disso. Foi a P.I.D.E. que o matou, porque o general, ao candidatar-se às eleições, provocou no Governo de então a idéia de que o povo mais cedo ou mais tarde se podia rebelar contra o Governo. E não interessava que houvesse um homem como Humberto Delgado que pudesse levar atrás de si muita gente, para fazer uma revolução. E, por isso, a P.I.D.E. matou-o."

Uma vez que o assunto veio à balla, houve alguém que quis saber se já estavam presos todos os pides. E o esclarecimento foi de que nem todos estavam presos. Principalmente os informadores, e eram muitos.

E não há hipótese de os prender a todos. Foi o que disse o tenente-coronel Carmona e Silva, que também explicou às crianças a complexidade da organização da P.I.D.E., espalhada por todos os sítios, e a história daquela sinistra organização, inspirada, segundo afirmou, na Gestapo e fundada por Salazar.

SPÍNOLA

Spínola foi outro assunto que veio à balla.

"O general Spínola era como que um mandatário do M.F.A. Ora, pela sua maneira de ver determinados assuntos ele não concordou com algumas medidas que o M.F.A. queria tomar. Por isso resolveu pedir a demissão.

"Mais tarde saiu um decreto que estabelecia a idade máxima de 62 anos para o posto de general. Como ele já tem 64 anos terá agora de ir para a reserva."

Pouco depois a sessão acabou. A criançada ficou esclarecida. Com uma experiência nova, com uma história nova para contar, quando chegar em casa.

Esta sessão demonstrou que há muita gente interessada em saber mais sobre o 25 de Abril e sobre o Programa do M.F.A. Mas o que mais nos espantou foi a quantidade de informações a que as crianças têm acesso, a importância que desde o 25 de Abril têm os órgãos de comunicação social.

J M V "SEMPRE FIXE"

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da Editora Portucalense Ltda.
Diretor
Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação
Alexandre Antunes Pereira
Fernando Lemos
João Sarmento Pimentel
Joaquim Quitério
Manuel Ferreira Moura
Raul Chiraco da Cunha
Redação

Rua Líbero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50
Caixa Postal 6248 - CEP 01000
Telefone: 37-0933
São Paulo - SP

Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
20.000 - Rio de Janeiro - GB.

Impressão

Jornal Paulista Ltda.
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46
São Paulo - SP
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:
REPÚBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.

Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB.
A. J. Bravo
Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13
Fone: 224-9785

Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva
Rua do Hospício, 149 - 1.º
Londrina
Julio Duarte
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141
Brasília - DF
Livraria Encontro S.A.
Galeria do Hotel Nacional
Lojas 28 e 29
VENEZUELA - Caracas
Junta Patriótica Portuguesa
Apartado 8287
URUGUAY - Montevideo
Junta Portuguesa Del Uruguay
Casilla de Correo 2128
PORTUGAL - Lisboa
Urbano Tavares Rodrigues
Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar
INGLATERRA - Londres
Portuguese and Colonial Bulletin
10 Fentiman Road - London SW 8
HOLANDA - Amsterdam
Tulipa Vermelha
Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont.
Portuguese Canadian Democratic Association

P.O.Box 5921 - Station (A)
CZECHOSLOVAQUIA - Praga 1

João Ribeiro
Postovní Úrad-Jindřická UL
C: 14 Scharánka 646
FRANÇA - Paris
Grupo de Amigos do "Portugal Democrático"
2, Place François Villon
Escalier E - La Courvenneuve Seine

Assinaturas Para o Brasil

Anual Cr\$ 120,00
Semestral Cr\$ 70,00
Viz. aérea
Anual Cr\$ 170,00
Semestral Cr\$ 120,00

Para o Exterior - via aérea

Anual US\$ 28
Semestral US\$ 21